

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

Para uma Economia Política Ambiental da Mineração Industrial na Amazônia Legal (1964 – 1997)

Rosana Icassatti Corazza, Paulo Sérgio Fracalanza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11755>

Submetido em: 2025-04-15

Postado em: 2025-04-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Beatriz Macchione Saes (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5256-1457>)

Para uma Economia Política Ambiental da Mineração Industrial na Amazônia Legal (1964 – 1997)

Rosana Icassati Corazza

Professora Associada 1 – Departamento de Política Científica e Tecnológica – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, rcorazza@unicamp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4658-2889>

Paulo Sérgio Fracalanza

Professor Associado 2 – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, fracalanza@unicamp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8395-981X>

Resumo

Este estudo objetiva organizar, a partir de uma revisão narrativa da literatura, uma cronologia da mineração industrial como projeto de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, com foco no período de 1964 a 1997, incluindo antecedentes na década de 1940. Resultados preliminares indicam que a institucionalização da mineração industrial na Amazônia Legal foi impulsionada por marcos regulatórios e grandes projetos minerários, viabilizados por decisões estatais balizadas por uma lógica de ocupação e integração subordinada aos interesses de capital nacional e internacional. A análise histórica demonstra como, no pós-guerra, as jazidas amazônicas foram consideradas estratégicas para a segurança nacional, embora coexistissem com associações empresariais estrangeiras. Durante a ditadura militar, aprofundou-se essa ambivalência: a retórica de “integração para não entregar” articulou-se a megaprojetos de infraestrutura e abriu a região ao capital privado, sobretudo minerador, consolidando um processo de territorialização seletiva sustentado por regimes de exceção normativa. Exemplos incluem o Polamazônia, a proibição da garimpagem artesanal e a implementação do Projeto Grande Carajás. A criação da RENCA, sobreposta a territórios indígenas, evidencia o apagamento sistemático de populações e saberes locais. Nos anos 1990, as reações sociais e políticas, com a demarcação de Terras Indígenas, a implantação de Unidades de Conservação e a governança ambiental global (Rio-92), mostram que o território amazônico é também espaço de disputas e resistências. Reconhecer as desigualdades estruturais geradas por esse modelo é fundamental para repensar profundamente o futuro regional, exigindo o fortalecimento de direitos territoriais, o reconhecimento de saberes tradicionais e estratégias para relações socioambientais mais justas.

Palavras-chave

Amazônia brasileira; territorialização corporativa; regimes jurídicos especiais

Towards an Environmental Political Economy of Industrial Mining in the Legal Amazon (1964 - 1997)

Abstract

Through a narrative review of specialized literature, this study aims to organize a chronology of industrial mining as a development project for the Brazilian Amazon, focusing on the period from 1964 to 1997 and including antecedents from the 1940s. Preliminary findings indicate that the institutionalization of industrial mining in the Legal Amazon was driven by regulatory milestones and large-scale mining projects, enabled by state decisions aligned with an occupation and integration logic subordinated to national and international capital interests. The historical analysis shows how, in the post-war context, Amazonian mineral deposits were deemed strategic for national security, although they coexisted with foreign corporate partnerships. During the military dictatorship, this ambivalence intensified: the rhetoric of “integration to avoid surrender” was coupled with major infrastructure projects and the opening of the region to private, particularly mining, capital, consolidating a selective territorialization process supported by normative exception regimes. Examples include Polamazônia, the ban on artisanal mining, and the implementation of the Grande Carajás Project. The creation of RENCA, overlapping Indigenous territories, illustrates the systematic erasure of local populations and knowledge. In the 1990s, social and political responses, including Indigenous land demarcation, the establishment of Conservation Units, and global environmental governance efforts (Rio-92), reveal that the Amazon territory is also a space for disputes and resistance. Recognizing the structural inequalities generated by this mining model is crucial to profoundly rethinking the region’s future, requiring the strengthening of territorial rights, the acknowledgement of traditional knowledge, and the pursuit of more equitable socio-environmental relations.

Keywords

Brazilian Amazon; corporate territorialisation; special legal regimes

JEL codes

O13 (Economic Development: Agriculture; Natural Resources; Energy; Environment; Other Primary Products)

Q56 (Environment and Development; Environment and Trade; Sustainability; Environmental Accounts and Accounting; Environmental Equity; Population Growth)

N56 (Economic History: Latin America; Caribbean)

Introdução

A mineração ocupa posição central nos projetos de desenvolvimento elaborados para a Amazônia brasileira ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade, quando a região passou a ser vista como uma fronteira estratégica de integração nacional e inserção no mercado internacional. A consolidação de grandes projetos de mineração industrial, promovidos por empresas estatais e transnacionais, contou com forte apoio do Estado, que viabilizou infraestruturas logísticas e institucionais para sua implementação. Esse processo foi intensificado durante a ditadura civil-militar (1964–1985), período em que a Amazônia foi objeto de uma política de ocupação territorial baseada em ideais de segurança nacional, crescimento econômico e modernização produtiva.

Este texto tem como objetivo organizar, a partir de uma revisão narrativa da literatura especializada, um histórico da mineração industrial enquanto instrumento de desenvolvimento regional na Amazônia Legal, com ênfase no período de 1964 a 1997, incluindo uma breve incursão sobre antecedentes na década de 1940. Buscamos evidenciar como o avanço da mineração industrial se articulou a decisões estatais, estratégias geopolíticas e regimes de exceção jurídica, gerando impactos estruturais nos territórios amazônicos e aprofundando desigualdades socioambientais que persistem até o presente.

1. Antecedentes e uma cronologia

Até meados do século XX, a Amazônia brasileira mantinha uma baixa integração com o restante do território nacional, inserindo-se mais diretamente em circuitos econômicos internacionais, sobretudo com a Europa. Belém e Manaus, por exemplo, durante o ciclo da borracha, refletiam essa orientação externa, com elites locais que procuravam reproduzir padrões culturais da Belle Époque, inclusive em sua arquitetura e modos de vida (Fenzl et al., 2020). A economia amazônica era predominantemente extrativista e voltada à exportação de matérias-primas, em um cenário de fraca presença estatal e pouca articulação com o projeto nacional de desenvolvimento.

Esse quadro começou a se transformar nas décadas de 1940 e 1950, quando a região passou a ser incorporada ao imaginário geopolítico da soberania nacional. Um marco decisivo foi a designação, em 1946, das jazidas de manganês no Amapá como “reserva nacional”, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra. Num momento em que as principais reservas do mineral se encontravam sob domínio soviético, a medida se justificada por um risco de dependência externa e foi acompanhada pela concessão da exploração à empresa ICOMI. Logo em 1950, sua associação com a estadunidense Bethlehem Steel já revelava a contradição

entre o discurso soberanista e a prática de associação com o capital estrangeiro (Malheiro, 2020).

O caso da Serra do Navio, no Amapá, é representativo da emergência de um modelo de territorialização corporativa, caracterizado pela gestão empresarial direta do espaço produtivo e social, como evidenciam as cidades-empresa Vila Serra do Navio e Vila Amazonas (Malheiro, 2020; Fenzl et al, 2020).

Simultaneamente, a exploração artesanal da cassiterita em Rondônia apontava para a persistência de práticas minerárias descentralizadas, que logo seriam marginalizadas pela ascensão do modelo industrial (Malheiros, 2020). Esses antecedentes contribuíram, segundo entendemos a partir da literatura revisada, para conformar os fundamentos políticos, econômicos e territoriais que viriam a dar suporte à política de ocupação da Amazônia a partir de 1964.

2. Abordagem metodológica

A abordagem metodológica adotada neste artigo é a revisão narrativa de literatura especializada, publicada no Brasil, em periódicos nacionais qualificados, com revisão por pares e acesso aberto, centrada no tema da mineração na Amazônia Legal.

Segundo Rother (2007), revisões narrativas descrevem e discutem o estado da arte de um tema específico, tanto em termos teóricos quanto contextuais. Diferente das revisões sistemáticas, integrativas ou de escopo, esse tipo de revisão não especifica as bases de dados nem os critérios de inclusão, priorizando uma análise crítica da literatura publicada, como livros e artigos acadêmicos.

Conforme esses princípios, este estudo não indica as bases de dados utilizadas, embora todos os artigos analisados sejam acessíveis online, via Google Scholar ou nos sites dos periódicos (cf. referências bibliográficas).

A leitura foi guiada pela pergunta: “Quais são os principais marcos nos domínios da atuação do Estado e de estratégias de empresas do setor da mineração industrial na Amazônia Legal entre 1946 e 1997?”

O recorte temporal baseia-se na identificação, pela literatura, de transformações estruturais no período, relativas à institucionalização e consolidação da mineração industrial na região. No processo analítico, emergiram categorias como decisões estatais, estratégias geopolíticas, regimes de exceção jurídica, impactos territoriais e aprofundamento das desigualdades socioambientais.

3. A “integração para não entregar” (1964–1974): infraestrutura, geopolítica e a ocupação minerária da Amazônia

O golpe civil-militar de 1964 marca uma inflexão decisiva nas estratégias estatais voltadas à Amazônia brasileira. Sob o lema “integrar para não entregar”, os militares mobilizaram uma retórica de soberania territorial e segurança nacional para justificar a ocupação intensiva da região, transformando-a em fronteira de recursos para o desenvolvimento nacional. Essa lógica geopolítica, todavia, convivia com e era funcional a interesses transnacionais, especialmente no setor mineral, revelando uma ambiguidade estruturante do projeto autoritário (Bezerra, 2011, 2015; Malheiro, 2020).

Segundo Fenzl et al. (2020), a partir dos anos 1960, a Amazônia passou por transformações estruturais que redefiniram sua posição no território nacional. Projetos de infraestrutura como as rodovias Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), além da expansão dos projetos de produção energia e redes de energia telecomunicações, foram implementados como instrumentos de presença estatal e modernização produtiva. Esses investimentos, ainda que legitimados pelo discurso integrador, serviram como alicerce para a atração de capital privado nacional e internacional, sobretudo no setor da mineração.

A presença do Estado, portanto, se deu por meio de grandes obras que franqueavam a ocupação por grandes empresas, especialmente mineradoras, com destaque, no período, para os casos da Vale do Rio Doce, ALCOA e Mineração Rio do Norte (Fenzl et al., 2020). Essa ocupação industrial da Amazônia foi acompanhada por um apagamento deliberado dos saberes ecológicos locais e pela marginalização das populações tradicionais no processo decisório. Como observa Bezerra (2015), o silenciamento da importância da terra preta — solo de altíssima fertilidade produzido historicamente por populações indígenas — é um sintoma de uma “ecopolítica da ignorância” que privilegia modelos produtivos intensivos, mercantis e tecnocráticos em detrimento de práticas ancestrais de manejo sustentável.

A ausência de reconhecimento desses saberes e sujeitos não é apenas negligência: trata-se de um mecanismo funcional à continuidade de uma lógica extrativista que concentra os benefícios em agentes externos — elites político-empresariais e corporações globais — enquanto impõe custos socioambientais às populações locais. Essa assimetria marca o padrão de desenvolvimento da Amazônia sob o regime militar e prepara o terreno para a consolidação da mineração industrial como política de Estado nos anos seguintes.

4. O II PND e a institucionalização da mineração industrial na Amazônia (1975–1979)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado em 1974 e executado entre 1975 e 1979, durante o governo do general Ernesto Geisel, representa um marco na consolidação da mineração industrial como eixo estratégico da política de desenvolvimento para a Amazônia. Alinhado aos objetivos de expansão da fronteira produtiva nacional, o Plano aprofundou a presença do Estado na região por meio de investimentos em infraestrutura e incentivos à grande indústria, particularmente nos setores de energia, transporte, comunicações e mineração (Fenzl et al., 2020).

Nesse contexto, foi criado o Polamazônia — Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — com o objetivo de agilizar a implantação de projetos de exportação, tendo a mineração como vetor privilegiado de dinamização econômica (Malheiro, 2020; Haradou; Amaral, 2019). Ao lado disso, a atuação direta do Estado na estruturação do setor mineral incluiu medidas de concentração produtiva e desarticulação de formas de extração artesanais, autônomas e de pequena escala. A Portaria Ministerial no. 195, de 15 de abril de 1970, que proibiu a garimpagem manual de cassiterita em Rondônia, exemplifica esse movimento de substituição da pequena mineração por empreendimentos industriais de grande porte (Malheiro, 2020).

Durante esse período, empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual VALE S/A, a Mineração Rio do Norte (MRN) e a ALCOA consolidaram sua presença na região amazônica, beneficiando-se de infraestrutura financiada com recursos públicos e de incentivos fiscais e creditícios estruturados para atrair o capital privado internacional (Fenzl et al., 2020). A atuação do Estado brasileiro, nesse sentido, não se limitou à indução econômica: ela configurou um processo seletivo de territorialização, no qual certas áreas passaram a ser dotadas de condições jurídicas e institucionais excepcionais para garantir a viabilidade dos grandes projetos.

Nesse ciclo, o Estado militar brasileiro deixou de ser apenas o planejador do desenvolvimento; tornou-se o arquiteto de uma geografia da exceção, marcada por territórios produzidos sob regimes normativos especiais que subordinavam o espaço amazônico aos fluxos do capital mineral.

5. O Projeto Grande Carajás e a criação da RENCA (1980–1985): mineração como regime de exceção

O início da década de 1980 representa o aprofundamento da lógica estatal de fomento à mineração industrial na Amazônia, com a formalização de

instrumentos legais e institucionais que inauguraram uma nova etapa na territorialização seletiva da região. Esse processo pode ser compreendido, como propõe Malheiro (2020, p. 1600), como a consolidação de “processos de territorialização de exceção, que, para realizarem sua racionalidade corporativa, precisam suspender/violar outras dinâmicas de realização da vida, outras territorialidades”. A mineração, sob esse regime, torna-se eixo estruturador de um ordenamento espacial que nega a diversidade de usos, saberes e formas de vida presentes na floresta.

Dois marcos institucionais são centrais para compreender esse processo: os Decretos-Lei nº 1.813 e nº 85.387, ambos de 24 de novembro de 1980. O primeiro instituiu um regime especial de incentivos aos empreendimentos integrantes do Projeto Grande Carajás (PGC), criando o Conselho Interministerial Grande Carajás, diretamente vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O segundo decreto detalhou a composição e as atribuições desse conselho e concedeu “tratamento especial e diferenciado” à região de abrangência do projeto. Entre os mecanismos excepcionais previstos estavam: a concessão, arrendamento e titulação de terras públicas; a garantia de fornecimento de energia elétrica em condições vantajosas; e a autorização para o funcionamento de empresas mineradoras com prioridade em relação a outros usos do território (Malheiro, 2020).

Nesse mesmo período, foi criada, em 1984, a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), com uma área de aproximadamente 4,6 milhões de hectares entre o Pará e o Amapá. A área é rica em ouro, tântalo, manganês e ferro, e sua criação visava garantir a exclusividade da pesquisa e exploração mineral pelo Estado ou por empresas autorizadas. No entanto, a RENCA se sobrepõe a territórios indígenas e tradicionais, como os dos povos Aparai, Wayana, Tiriyo, Katxuyana e Waiãpi — cujos processos de luta pela demarcação já estavam em curso desde os anos 1970. A coexistência entre a reserva mineral e os territórios tradicionais exemplifica as tensões entre o planejamento centralizado e o apagamento sistemático de ecossistemas e comunidades locais (Haradou; Amaral, 2019).

Essas contradições, no entanto, não permanecem intocadas: elas se materializam em formas de resistência que, ainda nos anos 1980 e especialmente nos anos 1990, impulsionam a delimitação de terras indígenas e a criação de unidades de conservação — expressando o embate entre distintas concepções de território, justiça e futuro para a Amazônia.

6. Resistências e demarcações (1986–1997): a floresta como sujeito político

O avanço da democratização, em especial a partir da década de 1990, marca uma inflexão significativa nos caminhos possíveis para a política territorial e ambiental da Amazônia. Esse período é atravessado por duas dinâmicas interligadas, ainda que por vezes em tensão: de um lado, o avanço da agenda global de governança ambiental; de outro, a intensificação das lutas de povos indígenas, comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil por reconhecimento territorial e justiça socioambiental.

No plano internacional, a realização da Cúpula da Terra (Rio-92) colocou o Brasil no centro do debate ambiental global e resultou na criação de marcos importantes como as Convenções sobre Mudança Climática, Diversidade Biológica e Desertificação, sob a égide das Nações Unidas. A partir dessas convenções, iniciou-se um processo de fortalecimento da governança ambiental multilateral, com foco na conservação, na equidade e na participação de múltiplos atores. Essas transformações globais, embora carregadas de contradições, ofereceram respaldo normativo e político para os movimentos locais e nacionais que buscavam reverter a lógica predatória da ocupação amazônica.

No plano interno, observa-se a confluência entre essas diretrizes internacionais e as resistências locais aos projetos de mineração em larga escala. A própria existência da RENCA, criada com fins explícitos de exploração mineral, passou a ser tensionada por demandas por demarcação de terras indígenas e conservação ambiental. Como observa Malheiro (2020), a demarcação das Terras Indígenas Waiãpi (1991) e Rio Paru d'Este (1997) representa um importante passo para a contenção do avanço minerário, ao mesmo tempo em que revela o papel ativo dos povos indígenas na defesa de seus territórios frente à lógica extrativista.

Além das TIs, foram instituídas na área da RENCA diversas Unidades de Conservação, como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a Floresta Estadual do Amapá e a Estação Ecológica do Jari. Tais iniciativas, muitas vezes impulsionadas por alianças entre comunidades locais, movimentos sociais, pesquisadores e setores do Estado, evidenciam o surgimento de uma nova institucionalidade territorial, na qual a floresta e seus habitantes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direito.

Nesse cenário, a Amazônia deixa de ser apenas um espaço de intervenção e passa a ser concebida como um território político em disputa — onde distintas concepções de desenvolvimento, natureza e justiça seguem em confronto.

7. As desigualdades estruturais geradas pela mineração

A trajetória histórica da mineração na Amazônia, especialmente a partir de sua institucionalização no período autoritário e sua consolidação como estratégia de desenvolvimento regional, produziu um legado profundo de desigualdades socioespaciais e ambientais. Como mostram Haradou e Amaral (2019), os grandes projetos minerários na região operam com base na apropriação intensiva de terras, recursos naturais e infraestrutura pública, gerando assimetrias múltiplas entre os agentes econômicos beneficiados — em geral grandes empresas nacionais e transnacionais — e as populações locais, submetidas à desestruturação de seus territórios, modos de vida e condições de reprodução social.

A análise dos autores evidencia que a mineração contribui para a produção de seis camadas de desigualdades estruturais. A desigualdade econômica manifesta-se na concentração dos lucros da atividade nas mãos de poucos agentes e na ausência de agregação de valor local, mantendo a Amazônia como mera fornecedora de matérias-primas. No plano social, observa-se o empobrecimento das comunidades atingidas, frequentemente sem acesso a serviços básicos, e o agravamento de conflitos fundiários, inclusive com episódios de violência e expulsão de moradores.

A desigualdade ambiental é particularmente severa, com registros de contaminação de rios, destruição de ecossistemas e perda de biodiversidade, cujos efeitos recaem sobre as populações que dependem diretamente da floresta para sua subsistência. Do ponto de vista cultural, os projetos minerários impõem uma lógica produtivista e capitalista que desconsidera as cosmologias e os modos de vida tradicionais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

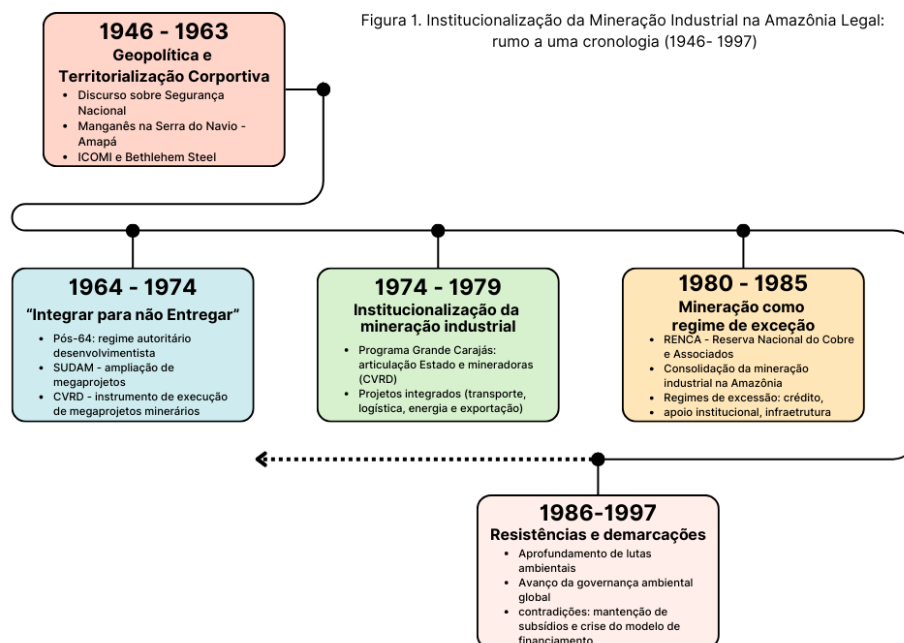
Além disso, há uma dimensão política dessa desigualdade: as populações locais têm participação extremamente limitada nos processos decisórios relacionados à mineração, sendo frequentemente ignoradas nos licenciamentos, nos pactos institucionais e na definição de compensações. Finalmente, a desigualdade regional se expressa no crescimento desordenado de municípios mineradores, marcados por precariedade urbana, dependência econômica e marginalização territorial em relação ao centro do poder político-econômico.

Haradou e Amaral (2019) apontam que esses efeitos não são colaterais, mas constitutivos de um modelo de mineração que opera a partir da lógica da rentabilidade empresarial, com respaldo do Estado e permissividade normativa. Trata-se, portanto, de um regime que não apenas extrai minérios, mas institui desigualdades como parte da própria engrenagem de funcionamento da economia mineral na Amazônia.

Compreender essas desigualdades como estruturais é essencial para desnaturalizar os efeitos da mineração e revelar a urgência de alternativas que articulem justiça ambiental, direitos territoriais e novos paradigmas de desenvolvimento.

Considerações finais: rumo a uma cronologia e perspectivas da pesquisa

Este texto teve como objetivo organizar, a partir de uma revisão narrativa da literatura especializada, uma cronologia da mineração industrial como projeto de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, com foco no período de 1964 a 1997, incluindo uma breve incursão sobre antecedentes na década de 1940. Até o momento, os resultados nos permitem propor uma cronologia preliminar para o entendimento de marcos regulatórios e de avanços de projetos minerários para a institucionalização da mineração industrial na Amazônia Legal, conforme apresentado na Figura 1.



Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa.

Com base em uma leitura que articula dimensões políticas, geopolíticas, jurídicas e socioterritoriais, buscou-se compreender como o avanço da mineração na região foi viabilizado por decisões estatais orientadas por uma lógica de ocupação e integração subordinada às exigências do capital nacional e internacional.

A análise dos antecedentes históricos (Fenzl et al., 2020; Malheiro, 2020) permitiu compreender como, ainda no pós-guerra, as jazidas amazônicas passaram a ser consideradas estratégicas para a segurança nacional, embora já nesse momento

se observasse a contradição entre o discurso soberanista e a associação com empresas estrangeiras. No período da ditadura militar, essa ambiguidade se aprofundou: a retórica da “integração para não entregar” (Bezerra, 2011, 2015) foi acompanhada por megaprojetos de infraestrutura e pela abertura da região a capitais privados, sobretudo mineradores (Fenzl et al., 2020), consolidando um modelo de territorialização seletiva sustentado por regimes normativos de exceção (Malheiro, 2020).

A criação do Polamazônia, a proibição da garimpagem artesanal e a implementação do Projeto Grande Carajás exemplificam esse processo de institucionalização da mineração industrial. A criação da RENCA e sua sobreposição a territórios indígenas (Malheiro, 2020; Haradou; Amaral, 2019) evidenciam o apagamento sistemático de populações e saberes locais. As reações sociais e políticas nos anos 1990, com a demarcação de Terras Indígenas e a criação de Unidades de Conservação, articuladas aos avanços da governança ambiental global (Rio-92), indicam que o território amazônico é também um espaço de disputa e resistência.

Por fim, reconhecer as desigualdades estruturais geradas por esse modelo minerário (Haradou; Amaral, 2019) é fundamental para repensar o presente e o futuro da Amazônia. Superar os legados da mineração como regime de exceção requer enfrentar os padrões históricos de injustiça ambiental e construir caminhos que articulem direitos territoriais, reconhecimento dos saberes tradicionais e transformação das bases do desenvolvimento regional.

A continuidade desta linha de pesquisa deve contemplar, ainda lançando mão da metodologia que envolve levantamento bibliográfico especializado e mapeamento documental: i) o adensamento das informações sobre os projetos minerários industriais na Amazônia dentro da cronologia identificada até o momento; ii) a expansão o escopo temporal da análise, com o avanço na identificação de marcos jurídico-regulatórios pertinentes; iii) o refinamento da identificação dos movimentos de resistência dos povos tradicionais e comunidades locais atingidos pelos projetos; iv) o aprofundamento do diálogo com a literatura revisada, identificando os principais arcabouços conceituais e vertentes analíticas mobilizadas.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE BOMFIM, Paulo Roberto de. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, 2010.

ARIMA, Eugênio; VERÍSSIMO, Adalberto. Ameaças e oportunidades econômicas. *Cadernos Adenauer*, ano II, n. 4, p. 70-100, 2001.

BEZERRA, Joana Carlos. *Terra preta, o tesouro esquecido: política, ciência e as relações internacionais na história da Amazônia*. 2011. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

BEZERRA, Joana Carlos. The Amazon and Brazilian Development Policies. In: _____. *The Brazilian Amazon: politics, science and international relations in the history of the forest*. Cham: Springer, 2015. p. 59-103.

FEARNSIDE, Philip M. Avança Brasil: consequências ambientais e sociais na Amazônia. *Cadernos Adenauer*, ano II, n. 4, p. 101-124, 2001.

FENZL, Norbert; SOMBRA, Daniel; DO CANTO, Otávio; FARIAS, André; NASCIMENTO, Fernanda. Os ‘Grandes Projetos’ e o processo de urbanização da Amazônia Brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 6, p. 1-25, 2020.

HAURADOU, Gladson Rosas; AMARAL, Maria Virgínia Borges. Mineração na Amazônia Brasileira: aspectos da presença e avanço do capital na região. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 23, n. 1, p. 402-420, 2019.

KOHLHEPP, Gerd. A Amazônia frente a um novo desafio: o desenvolvimento sustentável e o programa Avança Brasil. *Cadernos Adenauer*, ano II, n. 4, p. 9-38, 2001.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Geografias de exceção na Amazônia: grandes projetos de mineração e seus processos de territorialização. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1-22, 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, p. 187-207, 2005.

ROTHER, Edna Terezinha. Systematic literature review X narrative review. *Acta paulista de enfermagem*, v. 20, p. v-vi, 2007.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados empregados neste artigo consistem na bibliografia apresentada no corpo do próprio texto.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa recebeu subvenção na forma de auxílios à pesquisado CNPq, referentes aos projetos MCTI/CNPq Chamada 10/2023 [processos no 402907/2023-0 e no 402726/2023-5].

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Rosana Icassatti Corazza: Conceitualização; Metodologia; Investigação; Recursos; Curadoria dos dados; Escrita do rascunho original, revisão e edição.

Paulo Sérgio Fracalanza: Conceitualização; Investigação; Recursos; revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES

Rosana Icassatti Corazza é Professora Associada I da Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo, atuando no Departamento de Política Científica e Tecnológica e no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. É economista, mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica, pela Unicamp, com estágio doutoral na Université de Strasbourg, França.

Paulo Sérgio Fracalanza é Professor Associado II da Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo, atuando na graduação e na pós-graduação no Instituto de Economia. É economista, mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Economia pela UNICAMP, com estágio doutoral na Université de Strasbourg, França.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.